



SUMÁRIO

<i>CURRICULA DOS AUTORES</i>	9
AGRADECIMENTOS – 6.^a EDIÇÃO	11
AGRADECIMENTOS – 5.^a EDIÇÃO	13
AGRADECIMENTOS – 4.^a EDIÇÃO	15
AGRADECIMENTOS – 3.^a EDIÇÃO	17
AGRADECIMENTOS – 2.^a EDIÇÃO	19
AGRADECIMENTOS – 1.^a EDIÇÃO	21
PREFÁCIO À 6.^a EDIÇÃO	23
PREFÁCIO À 5.^a EDIÇÃO	25
PREFÁCIO À 4.^a EDIÇÃO	27
PREFÁCIO À 3.^a EDIÇÃO	29
PREFÁCIO À 2.^a EDIÇÃO	31
PREFÁCIO À 1.^a EDIÇÃO	33
ABREVIATURAS	35
COMO CONSULTAR O LIVRO	185
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, PROMULGADA EM 5.10.1988	
TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (Arts 1.^o a 4.^o)	205
TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (Arts 5.^o a 17)	243
CAPÍTULO I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos (Art. 5.^o)	243
CAPÍTULO II – Dos direitos sociais (Arts. 6.^o a 11)	437
CAPÍTULO III – Da nacionalidade (Arts. 12 e 13)	462
CAPÍTULO IV – Dos direitos políticos (Arts. 14 a 16)	465
CAPÍTULO V – Dos partidos políticos (Art. 17)	481





Sumário	176
TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	488
CAPÍTULO I – Da organização político-administrativa (Arts. 18 e 19)	488
CAPÍTULO II – Da União (Arts. 20 a 24).....	494
CAPÍTULO III – Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28)	544
CAPÍTULO IV – Dos Municípios (Arts. 29 a 31)	548
CAPÍTULO V – Do Distrito Federal e dos Territórios (Arts. 32 e 33)	560
Seção I – Do Distrito Federal (Art. 32)	560
Seção II – Dos Territórios (Art. 33).....	561
CAPÍTULO VI – Da intervenção (Arts. 34 a 36).....	561
CAPÍTULO VII – Da administração pública (Arts. 37 a 43)	563
Seção I – Disposições gerais (Arts. 37 e 38)	563
Seção II – Dos servidores públicos (Arts. 39 a 41)	620
Seção III – Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Art. 42)	643
Seção IV – Das regiões (Art. 43)	644
TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES (Arts. 44 a 135)	646
CAPÍTULO I – Do Poder Legislativo (Arts. 44 a 75)	646
Seção I – Do Congresso Nacional (Arts. 44 a 47)	646
Seção II – Das atribuições do Congresso Nacional (Arts. 48 a 50)	647
Seção III – Da Câmara dos Deputados (Art. 51).....	652
Seção IV – Do Senado Federal (Art. 52)	653
Seção V – Dos Deputados e dos Senadores (Arts. 53 a 56)	666
Seção VI – Das reuniões (Art. 57)	672
Seção VII – Das comissões (Art. 58)	674
Seção VIII – Do processo legislativo (Arts. 59 a 69).....	679
Subseção I – Disposição geral (Art. 59)	679
Subseção II – Da emenda à Constituição (Art. 60)	680
Subseção III – Das leis (Arts. 61 a 69)	687
Seção IX – Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária (Arts. 70 a 75) ..	708
CAPÍTULO II – Do Poder Executivo (Arts. 76 a 91)	716
Seção I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República (Arts. 76 a 83) ..	716
Seção II – Das atribuições do Presidente da República (Art. 84)	718
Seção III – Da responsabilidade do Presidente da República (Arts. 85 e 86) ...	723



**PARTE PRIMEIRA**

TÍTULO I	725
CAPÍTULO I – Dos crimes contra a existência da união	725
CAPÍTULO II – Dos crimes contra o livre exercício dos poderes constitucionais	725
CAPÍTULO III – Dos crimes contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais	726
CAPÍTULO IV – Dos crimes contra a segurança interna do País	726
CAPÍTULO V – Dos crimes contra a probidade na administração	727
CAPÍTULO VI – Dos crimes contra a lei orçamentária.....	727
CAPÍTULO VII – Dos crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos.....	727
CAPÍTULO VIII – Dos crimes contra o cumprimento das decisões judiciária	728

TÍTULO II – DOS MINISTROS DE ESTADO	728
--	-----

PARTE SEGUNDA – PROCESSO E JULGAMENTO

TÍTULO ÚNICO – DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO ...	728
CAPÍTULO I – Da denúncia	728
CAPÍTULO II – Da acusação	729
CAPÍTULO III – Do julgamento.....	729

PARTE TERCEIRA

TÍTULO I	730
CAPÍTULO I – Dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.....	730
CAPÍTULO II – Do Procurador Geral da República.....	731
TÍTULO II – DO PROCESSO E JULGAMENTO	731
CAPÍTULO I – Da denúncia	731
CAPÍTULO II – Da acusação e da defesa	732
CAPÍTULO III – Da sentença	733

PARTE QUARTA

TÍTULO ÚNICO	733
CAPÍTULO I – Dos governadores e secretários dos estados	733
CAPÍTULO II – Da denúncia, acusação e julgamento	733
DISPOSIÇÕES GERAIS	734
Seção IV – Dos Ministros de Estado (Arts. 87 e 88)	742
Seção V – Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional (Arts. 89 a 91)	746





Sumário **178**

Subseção I	– Do Conselho da República (Arts. 89 e 90)	746
Subseção II	– Do Conselho de Defesa Nacional (Art. 91)	747
CAPÍTULO III	– Do Poder Judiciário (Arts. 92 a 126)	747
Seção I	– Disposições gerais (Arts. 92 a 100)	747
Seção II	– Do Supremo Tribunal Federal (Arts. 101 a 103-B)	793
Seção III	– Do Superior Tribunal de Justiça (Arts. 104 e 105)	905
Seção IV	– Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais (Arts. 106 a 110)	925
Seção V	– Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (Arts. 111 a 117)	942
Seção VI	– Dos Tribunais e Juízes Eleitorais (Arts. 118 a 121)	958
Seção VII	– Dos Tribunais e Juízes Militares (Arts. 122 a 124)	961
Seção VIII	– Dos Tribunais e Juízes dos Estados (Arts. 125 e 126)	963
CAPÍTULO IV	– Das funções essenciais à justiça (Arts. 127 a 135)	966
Seção I	– Do Ministério Público (Arts. 127 a 130-A)	966
Seção II	– Da Advocacia Pública (Arts. 131 e 132)	990
Seção III	– Da Advocacia (Art. 133)	993
Seção IV	– Da Defensoria Pública (Arts. 134 e 135)	1003

TÍTULO V – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
(Arts. 136 a 144)..... 1009

CAPÍTULO I	– Do estado de defesa e do estado de sítio (Arts. 136 a 141)	1009
Seção I	– Do estado de defesa (Art. 136)	1009
Seção II	– Do estado de sítio (Arts. 137 a 139)	1013
Seção III	– Disposições gerais (Arts. 140 e 141)	1018
CAPÍTULO II	– Das Forças Armadas (Arts. 142 e 143)	1018
CAPÍTULO III	– Da segurança pública (Art. 144)	1021

TÍTULO VI – DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO (Arts. 145 a 169)..... 1029

CAPÍTULO I	– Do sistema tributário nacional (Arts. 145 a 162)	1029
Seção I	– Dos princípios gerais (Arts. 145 a 149-A)	1029
Seção II	– Das limitações do poder de tributar (Arts. 150 a 152)	1046
Seção III	– Dos impostos da União (Arts. 153 e 154)	1066
Seção IV	– Dos impostos dos Estados e do Distrito Federal (Art. 155)	1072
Seção V	– Dos impostos dos Municípios (Art. 156)	1084
Seção VI	– Da repartição das receitas tributárias (Arts. 157 a 162)	1087





CAPÍTULO II	– Das finanças públicas (Arts. 163 a 169)	1091
Seção I	– Normas gerais (Arts. 163 e 164).....	1091
Seção II	– Dos orçamentos (Arts. 165 a 169)	1092
TÍTULO VII – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA (Arts. 170 a 192)		1101
CAPÍTULO I	– Dos princípios gerais da atividade econômica (Arts. 170 a 181) ...	1101
CAPÍTULO II	– Da política urbana (Arts. 182 e 183).....	1123
CAPÍTULO III	– Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária (Arts. 184 a 191)	1126
CAPÍTULO IV	– Do sistema financeiro nacional (Art. 192)	1128
TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL (Arts. 193 a 232)		1131
CAPÍTULO I	– Disposição geral (Art. 193)	1131
CAPÍTULO II	– Da seguridade social (Arts. 194 a 204)	1131
Seção I	– Disposições gerais (Arts. 194 e 195)	1131
Seção II	– Da saúde (Arts. 196 a 200).....	1145
Seção III	– Da previdência social (Arts. 201 e 202)	1154
Seção IV	– Da assistência social (Arts. 203 e 204)	1163
CAPÍTULO III	– Da educação, da cultura e do desporto (Arts. 205 a 217)	1165
Seção I	– Da educação (Arts. 205 a 214)	1165
Seção II	– Da cultura (Arts. 215 a 216-A).....	1177
Seção III	– Do desporto (Art. 217)	1181
CAPÍTULO IV	– Da ciência e tecnologia (Arts. 218 e 219).....	1183
CAPÍTULO V	– Da comunicação social (Arts. 220 a 224).....	1184
CAPÍTULO VI	– Do meio ambiente (Art. 225)	1189
CAPÍTULO VII	– Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso (Arts. 226 a 230).....	1202
CAPÍTULO VIII	– Dos índios (Arts. 231 e 232)	1222
TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (Arts. 233 a 250) .		1237
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (Arts. 1.º a 98)		1253
ÍNDICE DE ASSUNTOS		1295
SÚMULAS DE TRIBUNAIS, DO CNJ, DO CNMPE DA AGU		1379



Conteúdo exclusivo no ProView

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Ementário

Lei 7.347, de 24.7.1985 (**LACP**) – *Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências*

Sumulas do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Lei 9.868, de 10.11.1999 (**LADIn**) – *Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal*

AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA (ADInt)

Lei 12.562, de 23.12.2011 (**LADInt**) – *Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal*

AÇÃO POPULAR

Lei 4.717, de 29.6.1965 (**LAP**) – *Regula a ação popular*

ADMINISTRATIVO

Lei 9.784, de 29.1.1999 (**LPA**) – *Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal*

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

Lei 9.882, de 3.12.1999 (**LADPF**) – *Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1.º do art. 102 da Constituição Federal*

BENS DA UNIÃO

Ementário

Decreto-lei 9.760, de 5.9.1946 – *Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências*

Decreto-lei 2.398, de 21.12.1987 – *Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e dá outras providências*

Lei 9.636, de 15.5.1998 – *Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decs.-leis 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2.º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências*



Lei 9.821, de 23.8.1999 – *Altera dispositivos das Leis 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e 9.636, de 15 de maio de 1998, e dá outras providências*

Decreto 3.725, de 10.1.2001 – *Regulamenta a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências*

Lei 10.852, de 29.3.2004 – *Altera o art. 47 da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998*

CARREIRAS JURÍDICAS

Ementário

ADVOCACIA

Lei 8.906, de 4.7.1994 (**EOAB**) – *Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*

Código de Ética e Disciplina da OAB, de 19.10.2015 (**CEDOAB**)

Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, de 16.10 e 6.11.1994 (**RGEOAB**) – *Dispõe sobre o regulamento geral previsto na Lei 8.906, de 4 de julho de 1994*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Ementário

Lei Complementar 73, de 10.2.1993 (**LOAGU**) – *Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências*

Lei 9.028, de 12.4.1995 – *Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências*

Sumulas da Advocacia-Geral da União

DEFENSORIA PÚBLICA

Lei Complementar 80, de 12.1.1994 (**LDP**) – *Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências*

MAGISTRATURA

Lei Complementar 35, de 14.3.1979 (**LOMN**) – *Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional*

Resolução 75, de 12.5.2009, do Conselho Nacional de Justiça – *Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional*

Resolução 60, de 19.9.2008, do Conselho Nacional de Justiça (**CodÉtica MN**) – *Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional*

MINISTÉRIO PÚBLICO

Lei 8.625, de 12.2.1993 (**LOMP**) – *Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências*

Lei Complementar 75, de 20.5.1993 (**LOMPU**) – *Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União*





Resolução 14, de 6.11.2006, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – *Dispõe sobre regras gerais regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro*

Resolução 40, de 26.5.2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – *Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências*

DIREITOS SOCIAIS

Ementário

Lei 7.783, de 28.6.1989 (**LG**r) – *Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências*

Lei 9.265, de 12.2.1996 – *Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5.º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania*

Lei 11.770, de 9.9.2008 – *Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991*

Decreto 7.052, de 23.12.2009 – *Regulamenta a Lei 11770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas*

ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS

Ementário

Lei Complementar 95, de 26.2.1998 (**LPL**) – *Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*

Decreto 4.176, de 28.3.2002 – *Estabelece normas e diretrizes para a elaboração, a redação, a alteração, a consolidação e o encaminhamento ao Presidente da República de projetos de atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo Federal, e dá outras providências*

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Lei Complementar 111, de 6.7.2001 – *Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*

HABEAS DATA

Lei 9.507, de 12.11.1997 (**LHD**) – *Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data*

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Lei 8.429, de 2.6.1992 (**LIA**) – *Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências*





Lei 12.846, de 1.º.8.2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*

INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

Lei 9.296, de 24.7.1996 (**LIT**) – *Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal*

MANDADO DE INJUNÇÃO

Lei 13.300, de 23.6.2016 (**LMI**) – *Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências*

MANDADO DE SEGURANÇA

Lei 12.016, de 7.8.2009 (**LMS**) – *Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências*

POLÍTICA URBANA

Ementário

Lei 10.257, de 10.7.2001 (**ECid**) – *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*

SÚMULA VINCULANTE

Ementário

Lei 11.417, de 19.12.2006 (**LSV**) – *Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências*

Resolução do STF 388, de 5.12.2008 – *Disciplina o processamento de proposta de edição, revisão e cancelamento de súmulas e dá providências correlatas*

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ementário

Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (**RISTF**)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ementário

Lei 7.746, de 30.3.1989 – *Dispõe sobre a composição e instalação do Superior Tribunal de Justiça, cria o respectivo Quadro de Pessoal, disciplina o funcionamento do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências*

Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (**RISTJ**)

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Ementário

Lei 7.727, de 9.1.1989 (**LTRF**) – *Dispõe sobre a composição inicial dos Tribunais Regionais Federais e sua instalação, cria os respectivos quadros de pessoal e dá outras providências*





Sumário

184

Lei 8.418, de 27.4.1992 – *Dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e dá outras providências*

Lei 9.967, de 10.5.2000 – *Dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências*

